

Concurso Público

CARGO:

3



**PODER JUDICIÁRIO**  
**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANALISTA JUDICIÁRIO**  
**ÁREA: JUDICIÁRIA**

Aplicação: 28/9/2008

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E VINTE** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
*Uma alegria compartilhada transforma-se em uma dupla alegria;  
uma tristeza compartilhada, em meia tristeza.*
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes do presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

**MANHÃ**

**AGENDA (datas prováveis)**

- I 30/9/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II 1.º e 2/10/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 28/10/2008 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 29 e 30/10/2008 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 19/11/2008 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência: Diário Oficial da União e Internet.
- VI 23/11/2008 – Perícia médica, em locais e horários a serem informados na respectiva convocação.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – STJ, de 17/7/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CP = Código Penal; DF = Distrito Federal; EC = Emenda Constitucional; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TRF = Tribunal Regional Federal.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se a perspectiva do político é a perspectiva de como  
o poder se constitui e se exerce em uma sociedade, como se  
distribui, se difunde, se dissemina, mas também se oculta, se  
4 dissimula em seus diferentes modos de operar, então é  
fundamental uma análise do discurso que nos permita  
rastreá-lo. A necessidade de discussão da questão política e  
7 do exercício do poder está em que, em última análise, todos  
os grupos, classes, etnias visam, de uma forma ou de outra,  
o controle do poder político. Porém, costumamos ver o poder  
10 como algo negativo, perverso, no sentido da dominação, da  
submissão. Não há, entretanto, sociedade organizada sem  
formas de exercício de poder. A questão, portanto, deve ser:  
13 como e em nome de quem este poder se exerce?

Daniilo Marcondes. **Filosofia, linguagem e comunicação**.  
São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-8 (com adaptações).

Em relação às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, é inútil discutir o poder, pois seu aspecto negativo, de submissão, é inevitável e aparece em todas as relações de dominação, seja de classe, seja de etnia.
- 2 A vírgula logo depois de “operar” (ℓ.4) indica que a relação entre as idéias expressas no período iniciado por “então é fundamental” (ℓ.4-5) e as idéias expressas no período anterior seria mantida se a palavra “então” fosse substituída por **posto que**.
- 3 Na linha 7, para evitar as duas ocorrências da preposição “em” e tornar o estilo do texto mais elegante, mantendo-se a correção gramatical, deve-se deixar subentendida a primeira delas, reescrevendo-se o respectivo trecho da seguinte forma: está que, em última análise.
- 4 Mantendo-se as idéias originalmente expressas no texto, assim como a sua correção gramatical, o complemento da forma verbal “visam” (ℓ.8) poderia ser introduzido pela preposição **a**: ao controle.
- 5 Para que o texto atenda às exigências de redação de um documento oficial, como um relatório, por exemplo, é obrigatória a substituição da forma verbal “costumamos” (ℓ.9) por **costuma-se**.
- 6 A flexão de plural em “formas” (ℓ.12) indica que, se em lugar do verbo impessoal, em “Não há” (ℓ.11), for empregado o verbo **existir**, serão preservadas a coerência textual e a correção gramatical com a forma **existem**.

1 Em um artigo publicado em 2000, e que fez muito  
sucesso na Internet, Cristovam Buarque desenhava um idílico  
mundo futuro, liberto das soberanias nacionais, em que tudo  
4 seria de todos. Se tudo der certo no planeta (o que é  
discutível), quem sabe um dia, daqui a mil ou dois mil anos,  
cheguemos lá. Como nada ainda deu certo no planeta, a  
7 internacionalização só será aceitável quando se cumprirem  
duas premissas. Primeira: que desapareçam os Estados  
nacionais. Segunda: que os grupos, ou comunidades, ou  
10 sociedades que restarem mantenham entre si relações  
impecavelmente equitativas. Quem sabe um dia...

Roberto Pompeu de Toledo. **Amazônia: premissas  
para sua entrega**. *In: Veja*, 28/5/2008 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias do texto acima.

- 7 Mantém-se a correção gramatical do texto e respeitam-se suas relações argumentativas ao se substituir “em que” (ℓ.3) por **onde**.
- 8 O emprego das formas verbais “cheguemos” (ℓ.6), “desapareçam” (ℓ.8) e “mantenham” (ℓ.10) indica a expressão de ações hipotéticas; mas o desenvolvimento do texto permite, coerentemente, considerá-las assertivas, e sem que se prejudique a correção gramatical, em seus lugares, é possível empregar as formas **chegamos**, **desaparecem** e **mantêm**, respectivamente.
- 9 Mantém-se a coerência de idéias e a correção gramatical do texto ao se empregar o sinal indicativo de crase no “a”, em “a internacionalização” (ℓ.6-7), situação em que esse termo seria empregado como objeto direto preposicionado.
- 10 Preservam-se a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto ao se substituir a expressão “se cumprirem” (ℓ.7) por **forem cumpridas**.

1           Pode-se dizer que há complexidade onde quer que  
se produza um emaranhamento de ações, de interações, de  
retroações. E esse emaranhamento é tal que nem um  
4 computador poderia captar todos os processos em curso. Mas  
há também outra complexidade que provém da existência de  
fenômenos aleatórios (que não podem ser determinados e  
7 que, empiricamente, agregam incerteza ao pensamento).  
Pode-se dizer, no que concerne à complexidade, que há um  
pólo empírico e um pólo lógico e que a complexidade  
10 aparece quando há simultaneamente dificuldades empíricas  
e dificuldades lógicas. Pascal disse há já três séculos: “Todas  
as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são  
13 mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um  
laço que conecta umas às outras, inclusive as mais  
distanciadas. Nessas condições — agrega Pascal —  
16 considero impossível conhecer o todo se não conheço as  
partes”. Esta é a primeira complexidade: nada está isolado no  
Universo e tudo está em relação.

Edgard Morin. *Epistemologia da complexidade*. In: Dora  
Fried Schnitman (Org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*.  
Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 274 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito de redações alternativas para  
termos e estruturas lingüísticas do texto acima.

- 11 O desenvolvimento das idéias do texto permite, também, a  
utilização gramaticalmente correta e textualmente coerente  
da forma verbal **produz** no lugar de “produza” (l.2).
- 12 O sentido impessoal do verbo **haver** permite que a afirmação  
generalizada “Mas há também outra complexidade que  
provém” (l.4-5) seja substituída por uma frase nominal no  
plural: Mas também outras necessidades provém.
- 13 Preserva-se o respeito às regras de pontuação do padrão  
formal da língua portuguesa ao se retirar os parênteses das  
linhas 6 e 7, demarcando-se a explicação do que sejam  
“fenômenos aleatórios” (l.6) por um travessão ou por uma  
vírgula logo depois dessa expressão.
- 14 Reforça-se a idéia de possibilidade, coerente com a  
argumentação desenvolvida no texto, e mantém-se sua  
correção gramatical, ao se utilizar, em lugar de “Pode-se  
dizer” (l.8), o tempo verbal de futuro do pretérito, da  
seguinte forma: Poderia-se dizer.
- 15 A retirada do sinal indicativo de crase em “no que concerne  
à complexidade” (l.8) altera as relações de sentido entre os  
termos, mas preserva sua correção gramatical.
- 16 Seriam respeitadas as relações de textualidade e as regras  
gramaticais se as palavras de Pascal, ‘considero impossível  
conhecer o todo se não conheço as partes’ (l.16-17), fossem  
assim enunciadas: considero impossível ao todo conhecer se  
não conheço as partes.

1           Em minha opinião, uma percepção ingênua dos  
fenômenos de mercado, como a crença nos mercados  
perfeitos, fornece exatamente o que seus críticos mais  
4 utilizam como munição nos momentos de crise e  
descontinuidade. O argumento da suposta infalibilidade dos  
mercados em bases científicas e a pretensão de transformar  
7 economia e finanças em ciências exatas produzem uma  
perigosa mistificação: confundir brilhantes construções  
mentais para entender a realidade com a própria realidade.  
10 Os mercados não são *perfeitos*. São, isto, sim, poderosos  
instrumentos de coordenação econômica em busca  
permanente de eficiência. Mas são também o espelho de  
13 nossos humores, refletindo nossa falibilidade nas avaliações.  
São contaminados por excesso de otimismo e de pessimismo.  
São humanos, demasiado humanos.

Paulo Guedes. *Os mercados são demasiado  
humanos*. In: *Época*, 21/7/2008 (com adaptações).

A partir da organização das idéias e das estruturas lingüísticas do  
texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 17 O período inicial do texto, “Em minha opinião (...)”  
descontinuidade” (l.1-5), explicitando um juízo de valor,  
apresenta o formato adequado, no teor e na correção  
gramatical, para compor o texto final de um parecer, se no  
final deste for acrescida a frase **É o parecer**.
- 18 Na linha 7, a flexão de plural da forma verbal “produzem” é  
exigida pelo termo “economia e finanças”.
- 19 Seria mantida a correção gramatical do trecho “Os mercados  
não são *perfeitos*. São, isto, sim, poderosos” (l.10), caso ele  
fosse assim reescrito: Os mercados não são *perfeitos*; são,  
isto sim, poderosos.
- 20 Na linha 12, o termo “o espelho” permite que o verbo **ser**,  
nessa oração, seja flexionado também no singular: Mas é  
também o espelho.

Estariamos entrando na era dos autocratas? É certamente tentador pensar assim depois de ver a recente surra dada pela Rússia na Geórgia. Essa invasão marca com clareza uma nova fase na política mundial, mas seria um erro pensar que o futuro pertence à mão pesada do russo Vladimir Putin e aos seus colegas déspotas.

Estou pessoalmente interessado em discernir o formato do novo momento internacional, porque em 1989 escrevi um ensaio intitulado **O Fim da História?** Nele, eu argumentava que as idéias liberais haviam triunfado de maneira conclusiva com o fim da Guerra Fria. Mas, hoje, o predomínio dos Estados Unidos da América sobre o sistema mundial está fraquejando; Rússia e China se oferecem como modelos, exibindo uma combinação de autoritarismo e modernização que claramente desafia a democracia liberal. Eles parecem ter grande número de imitadores.






Francis Fukuyama. **Democracia resiste a novo autoritarismo.**  
In: **O Estado de S.Paulo**, 31/8/2008, p. A24 (com adaptações).

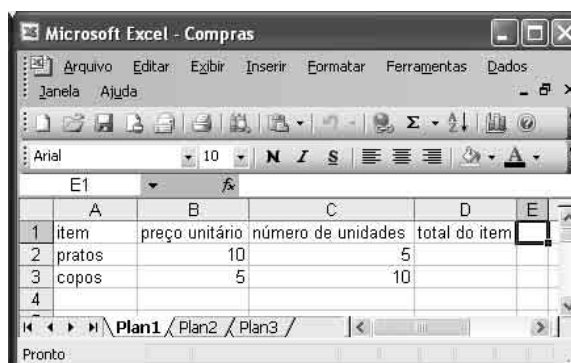
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea, julgue os itens que se seguem.

- 21 A recente intervenção militar russa mencionada no texto foi justificada por Moscou como de apoio à separatista Ossétia do Sul, alvo de ataque por parte do poder central da Geórgia.
- 22 Infere-se do texto que o episódio militar citado no primeiro parágrafo circunscreve-se à região em que se situou, o Cáucaso, sendo irrelevante para a compreensão do atual cenário internacional.
- 23 Ao contrário do que se previa há duas décadas, o fim da Guerra Fria fez recrudescer as tensões do sistema bipolar mundial, ampliando a rivalidade americano-soviética, como se vê nos atuais incidentes envolvendo a Geórgia.
- 24 O autor reconhece que, na atualidade, o poder mundial norte-americano não se manifesta de maneira inequívoca e emite sinais de algum tipo de fragilidade.
- 25 Especificamente em relação à China, a modernização a que se refere o texto situa-se fundamentalmente no campo econômico, com alguma abertura à iniciativa privada e crescentemente vigorosa participação no mercado global.
- 26 Para ser aceita na comunidade internacional, especialmente na Organização Mundial do Comércio, a China viu-se impelida a promover sensível abertura política e aproximar-se do modelo liberal do Ocidente.
- 27 Encerradas há pouco, as Olimpíadas de Pequim foram usadas pela China para demonstrar ao mundo pujança, vigor e capacidade de realização do país, no que introduziu inédito sentido político a uma competição que desconhecia esse tipo de procedimento.
- 28 Ao mencionar o grande número de imitadores do modelo político autocrático, o texto se refere ao atual cenário sul-americano, caracterizado por governos fortes, alçados ao poder pela força das armas, ainda que com respaldo popular.
- 29 Além de limitações econômicas, parte significativa da África está hoje submetida a governos considerados autocráticos e, em determinadas regiões, a conflitos étnicos de elevada dramaticidade, como atesta o caso de Ruanda.
- 30 Na Colômbia de hoje, a luta contra insurgentes, como as FARC, faz-se dentro dos marcos clássicos da democracia representativa, com eleições periódicas e funcionamento regular das instituições.







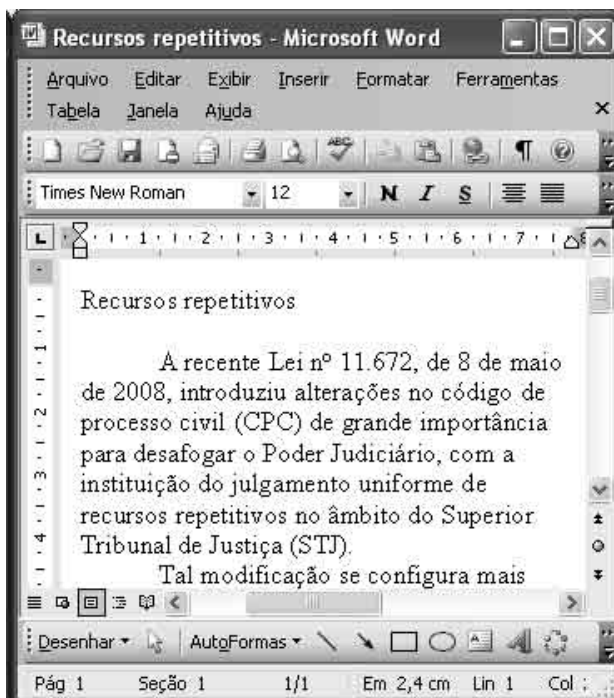
A figura acima mostra parte da área de trabalho de um computador que tem como sistema operacional o Windows XP. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens seguintes.

- 31 Ao se clicar o ícone  com o botão direito do mouse, o arquivo associado a esse ícone será aberto.
- 32 Ao se clicar o ícone  e, em seguida, se clicar o botão , o aplicativo associado a esse ícone será iniciado.
- 33 Ao se pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, se teclar , será aberta a janela denominada Gerenciador de tarefas do Windows, que permite, entre outras coisas, visualizar uma lista dos aplicativos que estão sendo executados no computador.







A figura acima mostra uma janela do Excel 2003 com uma planilha, na qual as células A2 e A3 apresentam itens a serem comprados; as células B2 e B3, os preços unitários de cada item, em reais; e as células C2 e C3, as quantidades de itens a serem adquiridos. Considere que as células que contêm números estejam formatadas como números, e que os valores numéricos sejam todos inteiros. A partir dessas informações, julgue os itens subsequentes, relativos ao Excel 2003.




- 34 Para se calcular o preço total dos cinco pratos e pôr o resultado na célula D2, é suficiente clicar essa célula, digitar  $=B2*C2$  e, em seguida, teclar .
- 35 As células A1 e A3 estarão selecionadas após a execução da seguinte seqüência de ações: clicar a célula A1; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar a célula A3; liberar, finalmente, a tecla .
- 36 A seguinte ação irá mover o conteúdo da célula C2 para a célula D2: clicar a célula C2 e teclar .



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Word 2003, com um documento em processo de edição, julgue os itens a seguir.

- 37 Considere a realização das seguintes ações: aplicar um clique duplo sobre a palavra “Judiciário”; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **C**; liberar a tecla **Ctrl**. Após essas ações, a referida palavra será copiada para a área de transferência e poderá ser colada em outro local do documento, aplicando-se um clique nesse local e, em seguida, pressionando-se e mantendo-se pressionada a tecla **Ctrl**, teclando-se **V** e liberando-se a tecla **Ctrl**.
- 38 Para se centralizar o título do documento — “Recursos repetitivos” —, é suficiente aplicar um clique simples em algum lugar desse título e, em seguida, clicar .
- 39 O menu **Ferramentas** possibilita o acesso a ferramentas que permitem, entre outras ações, determinar o número de palavras contidas em trecho do texto selecionado.
- 40 Ao se clicar o botão , será aberta uma janela denominada Idioma, que permite definir o idioma que o verificador ortográfico utilizará em texto selecionado.
- 41 Na situação apresentada na janela, o botão  pode ser usado para salvar o documento em edição, mantendo-se o nome, o local e o formato do arquivo atualmente aberto.
- 42 Ao se clicar o botão , será aberta a janela denominada Tradução, onde o usuário poderá escolher uma língua para a qual um trecho selecionado deve ser traduzido.
- 43 No menu **Arquivo**, encontra-se opção que permite enviar o documento em edição como anexo em uma mensagem de correio eletrônico.

A figura acima mostra uma janela do Internet Explorer 7 (IE7), na qual é exibida parte de uma página da Web. Com relação a essa janela, ao IE7 e a conceitos e tecnologias relacionados à Internet, julgue os itens que se seguem.

- 44 O menu **Ferramentas** possibilita o acesso a funcionalidade que permite definir a primeira página que deve ser exibida quando o IE7 é aberto.
- 45 Ao se clicar o botão , será exibida uma lista de todos os *websites* que foram acessados no dia atual.
- 46 Ao se clicar , será aberta a página inicial do *website* do STJ.
- 47 Ao se clicar , no canto superior esquerdo da janela mostrada, é exibida uma lista de opções, entre as quais se encontra uma que permite fechar o IE7.
- 48 Ao se aplicar um clique duplo em um local na barra de título que não contenha nenhum botão ou ícone, a janela mostrada será minimizada.

Com relação a correio eletrônico, julgue os próximos itens.

- 49 O programa Outlook Express 2003 permite a edição e o envio de mensagens de correio eletrônico, possuindo, também, funcionalidades que permitem o envio de cópias de uma mesma mensagem a vários endereços de correio eletrônico.
- 50 Toda mensagem enviada para endereço de correio eletrônico que contenha o símbolo @ passa por processo de criptografia. Esse processo garante que, se a mensagem for interceptada por pessoa que não seja o destinatário, seu conteúdo não será decifrado.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do conceito, do objeto e dos elementos das constituições, julgue os itens seguintes.

- 51** Os direitos e garantias fundamentais são considerados elementos limitativos das constituições.
- 52** O fato de a CF ser rígida fundamenta o princípio da supremacia da Constituição sobre as demais normas jurídicas, inclusive sobre os tratados internacionais de direitos humanos.

Um deputado federal pretende cumprir com um compromisso de campanha de fazer aprovar uma emenda à CF visando alterar o Sistema Tributário Nacional, o qual considera muito complexo e oneroso para a sociedade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 53** Essa proposição legislativa deve ser apresentada na Câmara dos Deputados subscrita por, pelo menos, um terço dos deputados federais.
- 54** A proposição em tela seria formalmente inconstitucional, pois a iniciativa de projeto em matéria tributária é de competência privativa do presidente da República.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

- 55** O Brasil é regido, nas suas relações internacionais, pelo princípio da autodeterminação dos povos, mas repudia o terrorismo e o racismo.
- 56** No Brasil, o terrorismo e o racismo são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Pedro, servidor público, e seu filho, de 17 anos de idade, fizeram apostas em um bingo que se encontra em funcionamento em sua cidade amparado por uma lei estadual.

A respeito dessa situação hipotética e da organização do Estado, julgue os itens subseqüentes.

- 57** Compete à União legislar sobre sistemas de sorteios, mas compete aos municípios, por envolver assunto de interesse local, classificar as diversões públicas, de forma indicativa, com a finalidade de proibir ou não o acesso a locais de jogos por menores de idade.
- 58** A mencionada lei estadual não contraria a jurisprudência do STF.

Acerca da organização dos poderes, julgue os próximos itens.

- 59** Se um deputado federal acusar, na tribuna da Câmara dos Deputados, um servidor público de praticar crime de corrupção, e restar provado que esse servidor público era inocente, haverá crime de calúnia, cuja competência para julgamento é do STF.
- 60** Diante do princípio da continuidade da atividade jurisdicional, a EC n.º 45 vedou aos ministros do STJ o gozo de férias coletivas nos meses de janeiro e julho.
- 61** Caso um juiz federal decline de sua competência, alegando que determinada matéria seria de competência da justiça estadual, mas o juiz estadual que receber esse processo entenda que a matéria seria de competência da justiça federal, caberá ao STJ julgar originariamente o conflito.

Cada um dos próximos itens contém uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base nos preceitos legais acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil do Estado.

- 62** O MP pretende propor ação civil pública sobre matéria que envolve danos causados aos consumidores em âmbito nacional. Nessa situação, a competência não será da justiça estadual, mas, sim, da justiça federal, por envolver consumidores em âmbito nacional.
- 63** João ingressou com ação de indenização contra determinado estado da Federação, fundada na responsabilidade objetiva do estado, diante do dano a ele causado pelo servidor público Mário, que teria agido com culpa. Nessa situação, se o juízo não aceitar a denúncia à lide do servidor que causou o dano, o estado não perderá, por esse motivo, o direito de ingressar posteriormente com ação de regresso contra Mário.

Cada um dos itens **64** e **65** contém uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base nos dispositivos legais acerca de prescrição e decadência.

- 64** Maria, servidora pública, ingressou, em 12 de março de 2008, com ação condenatória contra a União, alegando ter direito a receber determinada parcela remuneratória em seu contracheque, a contar de janeiro de 2000, a qual foi negada, em fevereiro de 2003, por força de decisão administrativa em face de requerimento por ela feito. Nessa situação, como se aborda relação de trato sucessivo, a prescrição somente atingirá as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, ou seja, aquelas anteriores a 12 de março de 2003.

**65** Antônio, servidor público federal, recebia determinada parcela remuneratória desde 4 de abril de 1995. Em julho de 2003, quando ele requereu sua aposentadoria, verificou-se que a citada parcela era indevida, não podendo compor seus proventos de aposentadoria. Nessa situação, já ocorreu o prazo quinquenal de decadência para a administração pública anular o ato que determinou o pagamento dessa parcela, já que o termo inicial foi 4 de abril de 1995.

Julgue os itens que se seguem, relativos à organização administrativa da União, das autarquias e das fundações.

**66** Entre as prerrogativas processuais impostas em favor das autarquias públicas federais está a intimação pessoal de seus procuradores federais de todos os atos do processo.

**67** Considere a seguinte situação hipotética.  
André pretende impetrar mandado de segurança contra ato do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o qual é presidido pelo ministro de estado do trabalho e emprego.  
Nessa situação, o STJ é competente para julgar a ação mandamental.

Acerca dos bens públicos, julgue os itens subseqüentes.

**68** Os bens públicos são impenhoráveis. No entanto, é permitido o seqüestro da quantia necessária à satisfação do crédito, por meio de ordem do presidente do tribunal que proferir a decisão exequenda, a pedido do credor, quando houver a preterição de seu direito de precedência.

**69** A União não pode desapropriar a participação acionária de um estado federado em uma empresa pública estadual.

Acerca das licitações e dos contratos administrativos, julgue os seguintes itens.

**70** A concessão de direito real de uso de bens públicos imóveis construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, não precisa ser licitada.

**71** No âmbito dos contratos de concessão, o edital pode prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento. Nesse caso, quando for encerrada a fase de classificação das propostas ou de oferecimento de lances, deverá ser aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

Quanto a tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade e causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade, julgue os seguintes itens.

**72** De acordo com parte da doutrina, a evolução da teoria da culpabilidade fez que, nos dias atuais, não se exija mais a consciência da ilicitude, contentando-se o direito com a consciência profana do injusto, consubstanciada pelo conhecimento da anti-sociedade, da imoralidade e da lesividade da conduta, conforme normas gerais de conduta e de princípios morais e éticos.

**73** Na obediência hierárquica, para que se configure a causa de exclusão de culpabilidade, é necessário que exista dependência funcional do executor da ordem dentro do serviço público, de forma que não há que se falar, para fins de exclusão da culpabilidade, em relação hierárquica entre particulares.

Julgue os itens a seguir, acerca do concurso de pessoas e dos crimes contra a administração pública.

**74** A participação ínfima ou de somenos é tratada pelo CP da mesma maneira que a menor participação, tendo ambas como consequência a incidência de minorante da pena em um sexto a um terço.

**75** Pratica o crime de advocacia administrativa o funcionário público que, valendo-se da qualidade de funcionário, responde, por ofício público, às insinuações feitas à sua pessoa em requisição de abertura de inquérito policial.

**76** Pacificou-se, no STJ, o entendimento de que o crime de violência arbitrária, previsto no art. 322 do CP, foi revogado pela Lei n.º 4.898/1965 — abuso de autoridade —, que considera crime desta espécie qualquer atentado à integridade física do indivíduo.

Acerca dos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

**77** De acordo com a nova redação da Lei dos Crimes Hediondos, a pena será sempre cumprida em regime inicialmente fechado, cabendo a progressão de regime após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário.

**78** O condenado pela prática de crime de tortura, por expressa previsão legal, não poderá ser beneficiado por livramento condicional, se for reincidente específico em crimes dessa natureza.

A respeito da ação penal, julgue os itens subseqüentes.

- 79** Não gera nulidade a ausência de intimação do acusado e de seu defensor, para sessão em que se delibere acerca do recebimento ou rejeição da denúncia, nos casos de ação penal originária.
- 80** É cabível a transação penal em crimes cuja ação penal privada seja originária do STJ; contudo, recebida a queixa-crime sem oportuna e específica oposição do magistrado ou do querelado quanto à matéria, restará preclusa a discussão acerca da aplicação da transação penal.

A respeito da prisão preventiva e com base no entendimento atual do STJ acerca dessa matéria, julgue os próximos itens.

- 81** Se a prisão preventiva do acusado houver sido anteriormente decretada de forma válida, a manutenção da custódia, em face de sentença penal condenatória, poderá ser idoneamente fundamentada mediante a repetição genérica, na sentença, dos argumentos da gravidade do delito praticado e da necessidade da manutenção da ordem pública, ainda que não haja qualquer elemento novo a justificar a prisão processual.
- 82** A possibilidade real de o acusado de prática de crime contra a mulher no âmbito doméstico e familiar cumprir ameaças de morte dirigidas a sua ex-esposa basta como fundamento para a sua segregação, sobretudo ante a disciplina protetiva da Lei Maria da Penha, que visa a proteção da saúde mental e física da mulher.

Julgue os seguintes itens, que versam acerca de *habeas corpus* e das relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.

- 83** O STJ entende possível o recebimento de *habeas corpus* como substitutivo de revisão criminal, quando a ilegalidade for manifesta e não for necessário o revolvimento de matéria fático-probatória.
- 84** A alegação de ausência do estado de flagrância é matéria de ordem pública e, por versar diretamente sobre o direito de liberdade, ainda que não tenha sido objeto de análise pelo tribunal *a quo*, pode ser analisada pelo STJ.
- 85** As cartas rogatórias emanadas de autoridades estrangeiras competentes dependem de homologação pelo STF para serem cumpridas e devem estar acompanhadas de tradução em língua nacional.

Acerca do ECA, julgue os itens a seguir.

- 86** A medida de internação decretada por autoridade judiciária poderá excepcionalmente ser cumprida em estabelecimento prisional, quando não existir na comarca entidade exclusiva para adolescentes.
- 87** A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.

Julgue os itens subseqüentes, acerca do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas e dos juizados especiais cíveis e criminais.

- 88** Quem tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido a prestação de serviços à comunidade, a qual, em prol da dignidade da pessoa humana, a fim de não causar situação vexatória ao autor do fato, não poderá ser cumprida em entidades que se destinem à recuperação de usuários e dependentes de drogas.
- 89** A opção pelo procedimento dos juizados especiais cíveis não importará renúncia a eventual crédito excedente ao limite legalmente fixado, valor este que poderá ser cobrado em outra ação, até mesmo perante o próprio juizado.

Julgue os itens que se seguem, referentes a recursos repetitivos, súmula vinculante e informatização do processo judicial.

- 90** O julgamento de recurso repetitivo, isto é, em caso de multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, será efetivado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.
- 91** A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
- 92** A fim de garantir o direito à imagem e vida privada do preso, a legislação específica não previu o uso de meio eletrônico na tramitação dos processos judiciais de natureza penal.

Acerca do contrato de mútuo bancário, julgue os itens seguintes.

- 93** O cliente que atrasa o pagamento de prestação relativa a contrato de mútuo firmado com determinado banco deverá pagar ao mutuante a prestação acrescida de atualização monetária e da taxa referente à comissão de permanência.
- 94** Como não basta o consenso para seu aperfeiçoamento, o contrato de mútuo se reveste de natureza real, efetivando-se com a entrega do bem fungível, em geral o dinheiro, e a sua posterior restituição, no vencimento do prazo estipulado.



A Empresa Rápido celebrou contrato de transporte para a cidade de Porto Seguro com 58 pessoas. Durante o percurso da viagem, o ônibus da empresa, dirigido por Jorge, devido a súbita falha dos freios, colidiu com um caminhão que transportava eletrodomésticos para as Lojas Mais. O acidente causou lesões em alguns passageiros, que pretendem ajuizar ação para reparação dos danos sofridos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem quanto à responsabilidade civil.

- 95** A súbita falha no sistema de frenagem do ônibus configura o que a doutrina e a jurisprudência têm denominado fortuito interno, que não exonera a Empresa Rápido do dever de indenizar os danos sofridos pelos passageiros.
- 96** Nessa situação, configura-se a responsabilidade objetiva da Empresa Rápido, de forma que basta os passageiros comprovarem que sofreram os danos para obterem a indenização, já que, nessa modalidade de responsabilidade, é dispensada a prova da conduta culposa da empresa e do nexo causal entre essa conduta e o dano.

Como revelador do movimento do dirigismo contratual, o CDC somente poderia atingir seu objetivo de proteger a parte vulnerável da relação contratual estabelecendo disposições cogentes, de ordem pública, que reduzissem o campo da autonomia da vontade na celebração dos contratos. Como corolário disso, prevê-se a nulidade de pleno direito das cláusulas contratuais abusivas. A respeito dessas cláusulas, julgue os itens subsequentes.

- 97** Em matéria de cláusulas abusivas, o CDC enumera hipóteses em que o caráter abusivo estaria configurado, adotando, no entanto, um sistema aberto ao admitir outras situações.
- 98** O CDC veda expressamente cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos ou serviços. No entanto, essa disposição é mitigada na relação de consumo entre fornecedor e consumidor pessoa jurídica, haja vista que, em determinadas situações, a indenização poderá ser limitada.
- 99** Dada a proteção que a vedação à cláusula abusiva proporciona aos consumidores, considerados como a parte mais fraca da relação contratual, a nulidade de uma cláusula abusiva acarreta, via de consequência, a nulidade de todo o contrato no qual se encontra prevista.

A respeito do instituto da guarda compartilhada, julgue o item abaixo.

- 100** A guarda compartilhada implica o exercício conjunto de direitos e deveres concernentes ao poder familiar do filho, mas, como pressupõe consenso, não pode ser requerida unilateralmente pela mãe ou pelo pai nem determinada de ofício pelo juiz, que está limitado à determinação da guarda unilateral.

A CF define que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos e dá a este a natureza de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A respeito da responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, julgue os itens a seguir.

- 101** O não-cumprimento de medidas necessárias à preservação ou correção de inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeita os transgressores à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito e à suspensão de sua atividade, entre outras sanções.
- 102** Como se presume a culpa da empresa que polui, ela deve indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, salvo se provar que agiu de forma diligente e cautelosa.

José, residente em Maceió, ajuizou ação ordinária contra a União, no foro do DF, visando obter indenização por prejuízos que sofreu em virtude da colisão de veículo oficial com o seu. O juiz de primeira instância julgou improcedente o pedido. Insatisfeito, José apelou, e o tribunal manteve a sentença. José interpôs, então, recurso especial. Distribuído o recurso no STJ, o relator negou-lhe seguimento após verificar que era intempestivo, já que fora interposto 16 dias após a publicação do acórdão recorrido.

Com referência à situação hipotética acima e à disciplina dos recursos nos tribunais, julgue os itens seguintes.

- 103** A decisão proferida pelo relator do processo observou as normas processuais relativas ao julgamento dos recursos nos tribunais, uma vez que ao relator cabe negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível.
- 104** Caso queira recorrer da decisão mais recente, José poderá interpor agravo de instrumento ao órgão competente para julgamento do recurso, providenciando, para isso, cópia da decisão agravada, da certidão de intimação e das procurações outorgadas aos advogados das partes.
- 105** Mesmo que o recurso fosse admissível, seria defeso ao relator, em decisão monocrática, dar-lhe provimento, ainda que a decisão recorrida esteja em manifesto confronto com súmula do STJ, por invadir competência privativa de órgão colegiado.

A respeito dos embargos de divergência, julgue os itens que se seguem.

- 106** Não cabem embargos de divergência em relação a questão já pacificada em repetidos julgados, firmando-se a orientação jurisprudencial do tribunal no mesmo sentido do acórdão embargado.
- 107** Os embargos de divergência devem ser opostos contra decisões proferidas pelas turmas, sendo que, em caso de divergência entre uma turma do STJ e uma turma do STF, o julgamento do recurso caberá ao Plenário do STF.

No que concerne às regras de fixação da competência, julgue os itens subseqüentes.

- 108** A competência é fixada no instante em que a ação é proposta, não importando as alterações de fato ou de direito supervenientes, salvo supressão do órgão judiciário ou alteração da competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- 109** Considere a seguinte situação hipotética. Ana, residente em Brasília, adquiriu imóvel na cidade de Belo Horizonte, que estava ocupado por Carla. Como Carla não desocupou o imóvel, após devidamente notificada, Ana ajuizou ação de imissão na posse no foro de Brasília. Devidamente citada, Carla ofereceu contestação, sem, no entanto, alegar a incompetência do juízo. Nessa situação, após instrução processual, e sendo proferida sentença de mérito, haverá prorrogação da competência, que consiste em tornar competente um juízo originariamente incompetente.

Considerando que um indivíduo, insatisfeito com acórdão proferido pelo TRF da 1.<sup>a</sup> Região em sede de apelação, interponha recurso especial para o STJ, julgue os itens a seguir.

- 110** De acordo com entendimento sumulado pelo STJ, a despeito de o tribunal *a quo* não ter apreciado questão proposta no recurso especial, deve-se admiti-lo caso tenha havido prévia oposição de embargos de declaração.
- 111** Caso o recurso especial não seja admitido ante a alegação de que o acórdão recorrido está em consonância com jurisprudência dominante do STF, o recorrente poderá interpor agravo de instrumento, no prazo de 10 dias, para o STJ.

Regina foi condenada, em sentença transitada em julgado, a pagar a Tereza R\$ 200,00 a título de danos morais, R\$ 900,00 a título de danos materiais e R\$ 100,00 a título de honorários advocatícios.

Com base nessa situação hipotética e de acordo com a disciplina legal relativa a esse assunto, julgue os itens seguintes.

- 112** Regina deverá efetuar o pagamento do montante relativo à condenação no prazo de 15 dias, sob pena de haver acréscimo de multa de 10% do montante, e, a requerimento de Tereza, ser expedido mandado de penhora e avaliação.
- 113** Caso Regina venha a oferecer impugnação, poderá alegar nulidade de citação, mesmo que o processo não tenha corrido à sua revelia, já que se trata de norma processual de ordem pública.

Por lhe competir manifestar-se sobre preliminares argüidas em contestação pelo réu, o advogado do autor de determinada ação retirou os autos do cartório. Ultrapassado o prazo legal, os autos não foram devolvidos, o que motivou o réu a requerer providências do juiz. Considerando essa situação, julgue os itens que se seguem.

- 114** Apurada a falta do advogado, o juiz deverá aplicar-lhe as penalidades de perda do direito de vista dos autos fora do cartório e multa no valor correspondente a meio salário mínimo, após o que deverá determinar a busca e apreensão do processo e a comunicação do fato à seção local da OAB para apuração de falta disciplinar.
- 115** Independentemente da provocação da parte, o juiz deverá determinar a intimação pessoal do advogado que retém os autos para que este os devolva em até 24 horas. Ultrapassado esse prazo, haverá não só a perda do direito de vista dos autos fora do cartório, mas também o desentranhamento da peça protocolada em cartório tempestivamente.

Quanto aos princípios constitucionais e gerais do direito processual civil, julgue o item abaixo.

- 116** O ato do presidente de um tribunal que designa um juiz substituto para atuar em determinado feito, após o juiz titular e seu substituto legal terem afirmado sua suspeição para atuar na ação, não viola o princípio do juiz natural, já que o afastamento daqueles originalmente competentes para o julgamento se deu com base em motivo legal, e não, por ato de exceção.

Julgue os itens a seguir, que dispõem acerca do Regimento Interno do STJ.

- 117** O processamento e julgamento dos feitos em que se discute a responsabilidade civil do Estado cabe à Segunda Seção.
- 118** Processos cujo objeto é o questionamento de licitação devem ser julgados na Primeira Seção.
- 119** Nas seções, as reuniões devem contar com a presença da maioria absoluta de seus integrantes.
- 120** O julgamento dos mandados de segurança terá prioridade sobre o de todos os outros feitos.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Pedro, corregedor de determinado tribunal, recebeu denúncia anônima, em 10/4/2002, afirmando que João, servidor público, estaria recebendo propina para interceder em favor de advogados na distribuição de processos no âmbito daquele tribunal. Em 20/5/2002, foi publicada portaria nomeando Cláudio, Suzana e Maria como membros de uma comissão de processo administrativo disciplinar para apuração da denúncia em questão, a qual deveria ser presidida por Cláudio, servidor público estável, que ingressou no serviço público, sem concurso público, na forma do art. 19 do ADCT (Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.) O prazo inicial estabelecido para o trabalho da comissão foi de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias. Em razão do trabalho de apuração levado a termo pela citada comissão, no dia 20/6/2007, foi publicada portaria de demissão de João.

Com base nessa situação hipotética, redija um texto dissertativo que responda as seguintes indagações.

- ▶ A denúncia anônima poderia ter sido recebida para iniciar um processo administrativo disciplinar?
- ▶ Cláudio poderia ser presidente da citada comissão?
- ▶ Houve prescrição da pretensão punitiva?

## Prova Discursiva – Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	